

ISSN: 2178-602X

Artigo Seção Live
Volume 20, Número 1, jan.-abr. de 2026
Submetido em: 23/06/2025
Aprovado em: 09/01/2026

O discurso da menopausa na sociedade plataformizada: pelo reconhecimento das experiências sexo-gênero dissidentes

The discourse of menopause in platform society: toward the recognition of dissident sex-gender experiences

El discurso de la menopausia en la sociedad plataformizada: por el reconocimiento de experiencias sexo-genéricas disidentes

César Augusto SAMPAIO¹
Larissa Maués Pelúcio SILVA²

Resumo

De caráter bibliográfico e documental, o artigo problematiza o discurso da menopausa na sociedade plataformizada, postulando, a partir da perspectiva de Nancy Fraser, a necessidade do reconhecimento das múltiplas experiências dessa fase da vida. A menopausa ainda é concebida sob uma feminilidade heterocisnormativa em que os sintomas são medicalizados e mercantilizados. O estudo conclui que, no Brasil, os próprios agrupamentos de Ginecologia Natural, embora questionem a patologização e mercantilização dos processos fisiológicos da menstruação e da menopausa, costumam reproduzir visões essencialistas e biologicamente centradas na diferença sexual, limitando a inclusão de pessoas sexo-gênero dissidentes.

Palavras-chave: Menopausa; Plataformas de mídias digitais; Discurso; Diversidade; Sociedade plataformizada.

Abstract

Of a bibliographic and documentary nature, the article problematizes the discourse on menopause in a platform-based society, postulating, from Nancy Fraser's perspective, the need to recognize the multiple experiences of this stage of life. Menopause is still conceived under a heteronormative femininity in which symptoms are medicalized and commodified. The study concludes that, in Brazil, even Natural Gynecology groups, although they question the pathologization and commodification of the physiological processes of menstruation and menopause, tend to reproduce essentialist and

¹ Doutorando em Comunicação na Universidade Estadual Paulista (UNESP), FAAC, Bauru, SP. E-mail: c.sampaio@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4056-990X>.

² Livre-Docente da Pós-Graduação em Comunicação: FAAC, Bauru, SP. E-mail: larissa.pelucio@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6212-3629>.



biologically centered views on sexual difference, limiting the inclusion of sex-gender dissidents.

Keywords: Menopause; Digital media platforms; Discourse; Diversity; Platformized society.

Resumen

De carácter bibliográfico y documental, el artículo problematiza el discurso sobre la menopausia en la sociedad plataformizada, postulando, desde la perspectiva de Nancy Fraser, la necesidad de reconocer las múltiples experiencias de esta etapa de la vida. La menopausia todavía se concibe bajo una feminidad heterocisnormativa en la que los síntomas son medicalizados y mercantilizados. El estudio concluye que, en Brasil, los propios grupos de Ginecología Natural, aunque cuestionan la patologización y mercantilización de los procesos fisiológicos de la menstruación y la menopausia, suelen reproducir visiones esencialistas y biológicamente centradas en la diferencia sexual, lo que limita la inclusión de personas sexo-genéricas disidentes.

Palabras clave: Menopausia; Plataformas de medios digitales; Discurso; Diversidad; Sociedad plataformizada.

Introdução

A menopausa tem ocupado crescente visibilidade na cena midiática contemporânea, tornando-se pauta recorrente em reportagens, entrevistas, postagens de influenciadoras e celebridades menopausadas e hashtags amplamente disseminadas pela internet. Basta percorrer programas de TV, matérias de revistas, conteúdos nas plataformas de mídias digitais, para constatar o quanto “o mundo descobriu a menopausa” (Jorge, 2023), transformando-a em objeto discursivo e midiático, enunciado publicamente nos espaços de produção simbólica (Centofanti; Arnoldi, 2025; Monteiro, 2025; Menopausa..., 2025).

Essa visibilidade vem sendo estudada por pesquisadoras da Europa e EUA (Mattern, 2019; Charlap, 2019; Gunter, 2021; Hickey et al., 2022; Amorim, 2022; Cahn; Crawford; Waldman, 2022; Olid, 2023; Cleghorn, 2023; Jacobs, 2023; Jermyn, 2023; Orgad; Rottenberg, 2023; Throsby; Roberts, 2024; Bettany, 2024). No Brasil, o assunto também começa a despertar o interesse de pesquisas acadêmicas para além da abordagem meramente biomédica (Silva, 2024; Pelúcio, 2023; Viegas, 2022; Sampaio; Medrado; Menegon, 2021).

Como sugerem tais estudos, a crescente exposição midiática da menopausa, não necessariamente, se traduz numa compreensão mais abrangente das questões estruturais subjacentes que moldam as experiências e os significados dessa fase da vida. Se as alterações hormonais fossem as únicas responsáveis pelos sintomas da menopausa, por certo, sua experiência também seria muito mais homogênea. O que



não é o caso, porque está se falando de um fenômeno biocultural que varia de indivíduo para indivíduo.

São múltiplos os fatores que podem influenciá-lo: dieta, meio ambiente, estilos de vida, história reprodutiva, genética, sobretudo, as crenças e conceitos de feminilidade e envelhecimento, modos de pensar e expectativas do entorno sociocultural e histórico em que os corpos com vivência uterina³ estão inseridos (Utz, 2011; Gunter, 2021; Mariga, 2019; Mattern, 2019; Olid, 2023). Por exemplo, diante de estruturas patriarcais persistentes que sustentam um machismo que nega a diversidade identitária e de gênero — não permitindo aos indivíduos internalizar e ressignificar a fase da menopausa de outras maneiras, tendo em conta suas próprias experiências e contextos particulares (Olid, 2023)⁴.

Esse é o cenário caracterizado pelas plataformas de mídias digitais: arquiteturas (re) programáveis que organizam interações personalizadas entre diversos atores —usuários finais, clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtores e fornecedores — mediando as relações sociais, econômicas e políticas, através da coleta sistemática, processamento algorítmico, circulação e monetização de dados dos usuários, como se verá mais adiante (Van Dijck; Poell; Wall, 2018; Srnicek, 2017; Helmond, 2015). E a expansão dessa lógica, enquanto modelo econômico dominante na web social com seus efeitos sobre todos os setores da sociedade — economia, política, educação, saúde, transporte, entre outros —, é o que se denomina plataformação da sociedade (Van Dijck; Poell; Wall, 2018).

Para Van Dijck (2016), a totalidade dessas plataformas digitais se constitui num “ecossistema de mídias conectivas”, que não é neutro nem isento de valor, mas nutre e também é nutrido por normas sociais e culturais de sua época. Sendo assim, com base

³ Estudos têm problematizado a naturalização da diferença sexual, focada no binarismo cisheterossexual que silencia e marginaliza indivíduos de sexo-gênero dissidentes (Preciado, 2018; Butler, 2003; Vergueiro, 2016). Nessa direção, a expressão “corpos com vivência uterina” procura ampliar o entendimento comum que costuma associar menopausa a mulheres cisheterossexuais, incluindo pessoas fora do padrão social heterocisnormativo que também podem vivenciar essa experiência. São exemplos homens trans, pessoas não binárias e intersexo. Inclusive mulheres trans que — mesmo designadas masculinas ao nascer — estão sujeitas a apresentar flutuações hormonais com sintomas análogos aos da menopausa, caso haja redução ou interrupção da terapia de estrógeno por algum motivo clínico (Westwood, 2024; Glyde, 2021).

⁴ Embora tenha raízes em sociedades pré-capitalistas centradas na autoridade do pai, o patriarcado se atualiza nas sociedades contemporâneas através do poder exercido pelos homens em geral — sobretudo brancos, cisgêneros e heterossexuais — sobre mulheres e demais sujeitos dissidentes da norma binária de gênero e sexualidade. Trata-se de uma forma de organização social que se manifesta por meio de relações hierarquizadas de exploração-exclusão — de ordem material, simbólica e política —, que atravessam todos os âmbitos da vida social: da intimidade doméstica às instituições estatais (Saffioti, 2015; Silva, 2019). O machismo é sua forma de expressão ideológica e comportamental, naturalizando a desigualdade, perpetuando a violência de gênero e a marginalizando corpos e identidades não normativas (Castañeda, 2006).



em levantamento bibliográfico e documental, o artigo problematiza o discurso da menopausa na sociedade plataformizada, postulando, a partir da perspectiva de Fraser (2000; 2001), a necessidade do reconhecimento das múltiplas experiências dessa fase da vida. Mesmo porque a menopausa ainda é concebida sob uma feminilidade heterocisnormativa, em que os sintomas são medicalizados e mercantilizados.

O estudo conclui mostrando que os próprios agrupamentos de Ginecologia Natural⁵, que se disseminam pelas plataformas de mídias digitais no Brasil – embora questionem a patologização e mercantilização dos processos fisiológicos da menstruação e da menopausa – costumam reproduzir visões essencialistas e biologicamente centradas na diferença sexual, limitando a inclusão de pessoas sexo-gênero dissidentes⁶.

O democratismo comercial da sociedade plataformizada

Por mais canais de comunicação que existam e por mais que os sujeitos possam se expressar amplamente, isso não garante maior aprofundamento dos debates em prol da igualdade, pluralismo e de uma cidadania inclusiva quando o assunto é menopausa. Como já dizia Sodré (2002, p. 219), a maneira de se viver hoje está “[...] em estreita simbiose com a forma simples e abstrata do mercado”, tecnologicamente organizada em torno de narrativas espetacularizadas e despolitizadas (Van Dijck, 2016; Morozov, 2018).

Dito de outro modo, a vida cotidiana passou a estar sob o imperativo da autoexposição contínua pelas plataformas de mídias digitais, a partir de uma comunicação predominantemente afetiva voltada para estimular reações emocionais imediatas, que prejudicam a construção de raciocínios mais críticos e são incapazes de mudanças estruturais disruptivas no *status quo* vigente (Van Dijck, 2016; Zuboff, 2021; Han, 2022; Illouz, 2011; Bucci, 2021).

Daí, então, pensar que a cidadania possa ser produzida por intermédio do mercado seria uma ilusão, segundo Sodré (2002). À medida que a expansão do mercado e do neoliberalismo avança, há o enfraquecimento da relação ético-política do Estado com as demandas cívica e social das massas. É que o encolhimento do Estado

⁵ Também conhecidos por Ginecosofia, Ginecologia Feminista, Ginecologia Autônoma, entre outros (Dieguez; Alzugarí; Nucci, 2021; Souza, 2021).

⁶ Indivíduos cujas identidades de gênero e/ou orientações sexuais se afastam do padrão social heterocisnormativo. Assunto que será abordado mais adiante.



implica na diminuição da esfera social na qual se desenvolve a cidadania. O autor argumenta que o conceito de cidadania é um fundamento político ligado à tradição republicana e não ao econômico-mercantilista, que estaria condicionado a uma moralidade objetiva orientada para o consumo, cujo “sujeito é sempre individual e só existe socialmente enquanto tem algo para comprar ou vender” (Sodré, 2002, p. 52).

Esse é o contexto da sociedade plataformizada na qual as plataformas de mídias digitais têm invadido praticamente todas as esferas da vida, moldando as interações humanas em que o tráfego social, econômico e interpessoal, passou a ser largamente canalizado por uma infraestrutura global esmagadoramente corporativa às custas dos valores coletivos (Van Dijck; Poell; Wall, 2018).

Quer dizer, a conexão digital se tornou palco para o democratismo comercial a serviço do capital, englobando desde produtos e serviços, informações, difusão cultural, posições políticas, entretenimento, modos de vida, tudo encapsulado pelo neoliberalismo (Sodré, 2002). Fenômeno que contraria as expectativas de muitos ‘netizens’⁷, que nos primórdios da internet louvaram a promessa de cidadania emancipatória conectada em redes (Lemos, 2023; Poell; Van Dijck, 2014; Zuboff, 2021; Bucci, 2021; Canclini, 2021).

Ao invés disso, o que está em jogo é maximizar as receitas das empresas de tecnologia e de seus parceiros anunciantes, customizando suas comunicações digitais através da captação sistemática de dados pessoais, em benefício dos seus interesses financeiros. Trata-se do denominado processo de recomendação algorítmica (Mendonça; Filgueiras; Almeida, 2023), que transforma dados brutos de navegação na internet em sugestões personalizadas de conteúdos, conforme os gostos e preferências, crenças pessoais e opiniões ideológicas dos usuários, enquanto filtra ou exclui tudo que não esteja alinhado com seus pontos de vista ou contrariem seus modos de pensar.

A filtragem algorítmica é peça central na economia digital da sociedade plataformizada, porém, quando aplicada ao campo político e ideológico, essa lógica pode resultar em fragmentação digital e conduzir pessoas para a polarização política e social (Pariser, 2011; Junqueira, 2023; Mendonça; Filgueiras; Almeida, 2023). Isto é, isolando os indivíduos em espaços virtuais fechados (filtros-bolha), onde costumam

⁷ Combinação de “internet” e “citizen” (cidadão). Utilizado por Zuboff (2021) para destacar o contraste entre a promessa inicial de cidadania digital e a realidade, hoje, da captação algorítmica de dados pessoais em benefício dos interesses corporativos.



ser veiculados conteúdos com visões políticas semelhantes, não havendo troca de ideias e de discursos diferentes.

Como uma bolha de sabão que envolve e isola o que está dentro dela, assim também “nossa mundo de vida e nosso horizonte de experiências fica cada vez menor, cada vez mais restrito”, distanciando os indivíduos de um espaço democrático em que posicionamentos diversos possam ser defendidos e respeitados (Han, 2022, p. 36; Oliveira; Silva, 2020). “Portanto, o filtro-bolha reforça uma falta de pensamento crítico e de propriedade de conhecimento das pessoas [...] que, por sua vez, reforça a opressão”, levando ao esfacelamento das práticas políticas de interesse do bem comum e a consequente ascensão dos discursos de ódio extremados (Nemer, 2021, p. 174), como se verá adiante.

Bauman (2001) já havia alertado para a “Modernidade Líquida”, marcada pela inconstância e volatilidade, que hoje — com o ritmo efêmero e instantâneo da era digital — torna as relações humanas mais frágeis, temporárias e superficiais, desestabilizando o pensamento questionador que também ficou mais raso e vazio. As pessoas podem até estar mais engajadas e predispostas à crítica sobre a realidade que as cerca e as incomoda, “[...] mas nossa crítica é, por assim dizer, desdentada, incapaz de afetar a agenda estabelecida para nossas escolhas na política-vida” (Bauman, 2001, p. 31).

No caso da menopausa, ainda predomina a ideia dos ovários como órgãos que se deterioram e falham com sua chegada (Mahdawi, 2024). Essa percepção não só contabiliza o tempo de vida das mulheres pela utilidade biológica — enquanto durar o seu ciclo reprodutivo — mas também reitera uma ordem social heterocisnormativa hegemônica.

Estudos realizados no Brasil e no Reino Unido evidenciam essa perspectiva discursiva nas estratégias de marketing e publicidade: ao mesmo tempo em que prometem manter a aparência rejuvenescida e a atratividade sexual, insinuam que mulheres mais velhas e menopausadas “deixam de ser úteis e necessitam de soluções externas” (Silva, 2024, p. 22), reduzindo essa fase a uma condição de inferioridade que deslegitima e invisibiliza as múltiplas formas do envelhecimento feminino, particularmente a de indivíduos transexuais (Bettany, 2024; Viegas, 2022).

Analizando as interações dos internautas com as publicações dos perfis de ginecologistas por meio do Instagram no Brasil, Viegas (2022) ressalta que as manifestações dissidentes em relação ao saber dominante sobre sexualidade e



menopausa até ocorrem, mas de forma pontual e com alcance crítico restrito. Isto é, elas permanecem no plano individual, desvinculadas de articulações coletivas ou de enfrentamento às estruturas que sustentam os discursos biomédicos hegemônicos e o determinismo biológico, focado na norma binária.

Tanto no Brasil quanto nos EUA e Europa, esse cenário vem sendo chamado de capitalismo da menopausa ou “corrida do ouro” em torno da menopausa, cuja finalidade é lucrar a partir de discursos que propagam soluções privatizadas (Cahn; Crawford; Waldman, 2022; Jacobs, 2023; Pelúcio, 2023)⁸. Há uma ênfase na biomedicalização contínua e indiscriminada sob intervenções médicas, com vistas a impulsionar toda sorte de consumo entre produtos, serviços, de regimes físicos e psicológicos para tratar os sintomas — tentando consertar esses corpos e manter suas mentes sãs, ao invés de políticas públicas de mais esclarecimento da sociedade androcêntrica (Gill, 2019; Hickey et al., 2022; Silva, 2024; Orgad; Rottenberg, 2023)⁹.

Trata-se de discursos que costumam privilegiar uma concepção de menopausa centrada numa feminilidade de poder heterocisnormativa, cuja construção social da personalidade está na mercantilização da própria aparência — em que o modelo aspiracional de corpo saudável continua a ser o corpo jovem, ativo e sexy, de onde emanaria o poder de liberdade e controle da vida (Viegas, 2022; Silva, 2024; McRobbie, 2021; Sampaio; Medrado; Menegon, 2021; Gill, 2007; Genz; Brabon, 2009; Budgeon, 2011).

Dessa maneira, as experiências sexo-gênero dissidentes da menopausa acabam sendo silenciadas — como as de homens e mulheres trans, indivíduos não binários e intersexo ou de diferentes orientações sexuais¹⁰ (Westwood, 2024; Orgad; Rottenberg, 2023; Jermyn, 2023; Viegas, 2022). O resultado são mundos idealizados, “lisos, banais, formatados [...] vazios de toda singularidade”, que apagam outros mundos possíveis que poderiam vir a existir (Lazzarato, 2006, p. 101).

No dizer de Rottenberg (2018), o neoliberalismo não tem um imaginário fora das métricas do mercado, as quais colonizam todas as esferas da vida e despojam os

⁸ No Brasil, esse mercado atingiu US\$384,4 milhões em 2024, crescimento de 12,4% em relação ao ano de 2022 (US\$341,9 milhões). Para 2030, a previsão é de US\$527,1 milhões (Grand View Research, 2024).

⁹ Não se quer negar o benefício de tratamentos medicamentosos, necessários para o alívio das alterações hormonais mais pungentes — prescrição que, aliás, é recomendada pelo próprio *Manual de Atenção à Mulher no Climatério/Menopausa* em casos isolados e individualizados (Brasil, 2008). A questão está na medicalização indiscriminada cujo *Manual* desaconselha, justamente por considerar essa fase um processo natural do ciclo fisiológico dos corpos com vivência uterina.

¹⁰ É preciso lembrar que a menopausa, enquanto transição biológica natural, é vivenciada por mulheres cisgênero de diversas orientações sexuais (heterossexuais, bissexuais, pansexuais, lésbicas, queer, etc.).



sujeitos de quaisquer valores identitários, exceto os do mercado. Essa é a preocupação fulcral de Van Dijck, Poell e Wall (2018), saber como os valores sociais e coletivos da diversidade podem ser incorporados e defendidos num cenário caracterizado pela plataformização geral da vida.

Reconhecimento das menopausas silenciadas

Castells (2013) já destacava as plataformas de mídias digitais como ferramentas importantes para mobilizar, deliberar, coordenar e decidir coletivamente, com potencial de reduzir barreiras à participação política de segmentos e grupos historicamente marginalizados. No entanto, mesmo podendo ampliar as vozes sociais em prol de uma advocacia pública pela defesa de seus direitos, essas plataformas aumentam também o número de extremistas e discursos de ódio online¹¹ (Van Djck; Poell; Wall, 2018).

Levantamento realizado pelo Instituto Veredas (2024), no Brasil, mostra crescimento dos ataques direcionados à comunidade LGBTQIAPN+ pela internet (52,16%), entre 2021 e 2022¹². Expansão que indica uma escalada desse tipo de violência, confirmada pela iniciativa Escuta Digital, conduzida pela ONU Brasil (2024), segundo a qual 81% das pessoas ouvidas relataram já ter sido vítimas de discursos de ódio no ambiente digital, sobretudo relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero. No ranking internacional, o país é o primeiro colocado em volume de interações de ódio contra esses indivíduos pelas plataformas de mídias digitais (37,6%), seguido pelos EUA com 34,7% (LLYC, 2023).

São discursos que, disfarçados sob a égide dos bons costumes e da família, procuram repatologizar as homossexualidades e identidades trans. Suas narrativas visam desqualificar elementos codificados como “femininos” para privilegiar a masculinidade e enquadrar comportamentos em um único e excludente padrão heterocisnformativo, restringindo os direitos à livre expressão da orientação sexual e da identidade de gênero (Benevides, 2025; Junqueira, 2018; Miskolci, 2018).

¹¹ Toda forma de expressão que incita ou justifica o ódio, a discriminação e o preconceito contra grupos ou indivíduos em razão da sua identidade ou orientação sexual, gênero, raça, idade, etnia, cor, nacionalidade, religião, deficiência, condição social ou política. Discursos que assumem diversas formas de intolerância, seja através de ameaças, desinformação, injúrias e misoginia, seja por incitações à violência, difamação, seja pela divulgação de imagens humilhantes entre outras (Observa DH, 2025).

¹² A sigla “LGBTQIAPN+” abrange pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-Binárias. O sinal de + inclui todas as outras identidades de gênero e orientações sexuais não mencionadas.



Convém lembrar que, embora mulheres cisheterossexuais sofram as consequências do sexism, do machismo e do etarismo, — que se intensificam com a chegada da menopausa — pessoas não heterossexuais e não cisgêneras nessa fase também enfrentam desafios semelhantes. Mas com um agravante adicional, a discriminação decorrente da própria orientação sexual e identidade de gênero autodeclaradas. Situação que, muitas vezes, supera conquistas já alcançadas no âmbito dos direitos civis e legais, como a criminalização da transfobia e homofobia¹³.

Trata-se de um estigma estrutural que atravessa diversas esferas sociais, presente nas representações midiáticas, geralmente em forma de piadas que desumanizam esses indivíduos, ao invés de enaltecer suas histórias e contribuições para a sociedade. A própria família, não raro, reflete o preconceito social, tornando-se ela mesma uma fonte de discriminação que continua nas instituições de ensino, com o *bullying* generalizado e a consequente evasão escolar¹⁴. E prosseguindo na vida adulta, com a negligência dos serviços básicos de assistência cidadã à medida que se envelhece (Podolan, 2023; Miskolci et al., 2022).

Exemplo disso é o desapreço desses indivíduos que vivenciam a menopausa pelos sistemas públicos de saúde, cujo modelo de atendimento ainda é predominantemente heterocisnormativo e binário, ignorando a diversidade de gênero e sexualidade existentes¹⁵. Estudos destacam a importância de uma comunicação respeitosa e inclusiva, e que os profissionais da área revejam seus próprios preconceitos, não encarando a menopausa pela ótica de uma experiência homogênea ou do ponto de vista patologizante dessas identidades (Westwood, 2024; Glyde, 2021; Gato, 2022). Ao invés disso, é fundamental livrar-se de suposições calcadas em estereótipos e generalizações precipitadas para considerar cada letra da sigla LGBTQIAPN+ de maneira singular, com suas necessidades específicas que devem ser

¹³ Também incluindo variantes como lesbofobia, travestifobia, transfobia, bifobia, interfobia. Aliás, o Brasil lidera os índices de violência letal contra a população LGBTQIAPN+, transformando o país no mais homotransfóbico do mundo (Benevides, 2025; Grupo Gay da Bahia, 2025).

¹⁴ Para aprofundamento no assunto, ver Almeida, D. Nove em cada dez estudantes LGBTI+ sofreram agressão verbal na escola. Brasília: **Agência Brasil**, 17 abr. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-04/nove-em-cada-dez-estudantes-lgtbi-sofreram-agressao-verbal-na-escola>. Acesso em: 5 out. 2025.

¹⁵ Basta observar que, até recentemente, a Declaração de Nascido Vivo (DNV) — documento expedido no momento do parto de uma criança — mantinha uma lógica binária ao prever apenas a categoria “mãe” no campo de registro obrigatório de quem deu à luz. Foi necessário que o Supremo Tribunal Federal (STF), através do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 787), determinasse ao Ministério da Saúde a alteração do layout da declaração, para incluir a categoria “parturiente/mãe”. A medida visa respeitar a identidade de gênero dos genitores, contemplando homens trans que gestam e não se identificam com o termo “mãe”, sem excluir mulheres cis identificadas como tal — e nem mulheres trans que, apesar de não gestarem, desejam ser reconhecidas como mães, no sentido social e jurídico (STF, 2024).



validadas através de uma abordagem interseccional, centrada nos cuidados de saúde culturalmente competentes, afirmativos e inclusivos (Stotzer et al., 2013; Westwood, 2024; Miskolci et al., 2022; Glyde, 2021).

De todo o exposto, fica claro a necessidade do reconhecimento desses indivíduos na sociedade plataformizada. Para Fraser (2000), isso significa considerar a complexidade e diversidade das identidades sociais pelo prisma da paridade participativa. Por esse princípio, o reconhecimento é pelo direito dos cidadãos de participar das interações sociais em pé de igualdade com seus pares. Assim, o que deve ser colocado em questão é status social ocupado pelos sujeitos na arena pública discursiva, a partir de três dimensões interconectadas: redistribuição econômica, valores culturais ou simbólicos e representação política.

Conforme a autora (2001), reconhecimento não se faz sem distribuição de recursos materiais e econômicos que garantam independência e “voz” aos participantes, como programas de transferência de renda, acesso universal a serviços básicos de saúde e educação, regulação do mercado de trabalho para garantir salários mais justos, etc. Constatata-se, por exemplo, que apenas 0,38% dos postos de trabalho formais no Brasil são ocupados por pessoas trans (Benevides, 2025).

Assim, um dos pontos cruciais para o reconhecimento passa pelo exame dos padrões institucionalizados de valor cultural, isto é, suas normas, práticas e costumes arraigados tanto formal quanto informalmente. Fraser (2000) salienta que esses padrões frequentemente mascaram e ocultam exclusões e hierarquias sociais, como descrito aqui em relação aos indivíduos sexo-gênero dissidentes, tendo também nos agrupamentos de Ginecologia Natural um caso emblemático e que será visto adiante.

Desse modo, ter representação política torna-se importante, pois garante que vozes marginalizadas sejam ouvidas e consideradas nos processos de tomada de decisão política, podendo corrigir desigualdades sistêmicas. Vale lembrar que, no plano formal, ainda não existe uma lei federal específica e abrangente que verse sobre a identidade de gênero e os direitos das pessoas trans de forma consolidada. Isso deixa a proteção legal dependente de decisões judiciais (como as do STF) e de decretos, que podem ser mais vulneráveis a mudanças políticas ou interpretações restritivas (Rádio e TV Justiça, 2025).

Mas o que toda essa realidade ora apresentada revela é que a sociedade plataformizada não está imune a normas sociais, ideológicas e culturais de sua época



(Van Dijck, 2016): o machismo, o sexismo e a misoginia¹⁶. Portanto, não basta falar em reconhecimento sem problematizar as estruturas discursivas e narrativas que circulam pelas plataformas de mídias digitais, seus sistemas simbólicos de representação, interpretação e comunicação, como propõe Nancy Fraser (2000; 2001).

É nesse sentido que se coloca em questão os agrupamentos de Ginecologia Natural, a sua perspectiva holística de saúde sobre os processos da menstruação e da menopausa, sustentada por discursos de crítica à lógica mercadológica e ao modelo biomédico hegemônico.

Olhar holístico para as experiências sexo-gênero dissidentes

Contrapondo-se à patologização e mercantilização dos processos fisiológicos como a menstruação e a menopausa, os agrupamentos de Ginecologia Natural (GN) ganham repercussão pelas plataformas de mídias digitais. Eles criticam a hegemonia do conhecimento médico-científico institucionalizado e sua visão masculina de mundo, que costuma ver a mulher “como um objeto a ser explorado, conhecido e, consequentemente, dominado” (Feltrin, 2016, p. 154).

No entanto, como será abordado a seguir, estudos mostram que boa parte dos discursos da GN reforça uma aproximação entre mulher e natureza, a partir de um componente religioso ancorado no binômio feminino/divindade, em torno da mística do sagrado feminino. Algo que pode induzir a visões essencialistas e biologicamente centradas na diferença sexual.

Além disso, quanto à inclusão de pessoas sexo-gênero dissidentes, essa realidade é pouco presente entre tais agrupamentos — um processo que avança lentamente, pelo menos no Brasil, no qual ainda não se observam mudanças de conscientização mais significativas (Dieguez; Alzugar; Nucci, 2021; Ribeiro, 2021; Souza, 2021; Bezerra, 2024). Em suma, suas práticas protocolares ainda continuam pautadas majoritariamente em experiências heterocisnormativas e, em grande medida, tendo como alvos privilegiados do cuidado mulheres brancas e de classe média, concluem Meinerz e Santos (2024).

¹⁶ Vide a cerimônia de posse para o segundo mandato do atual presidente dos EUA, Donald Trump, quando ele enfatizou que somente dois tipos de gênero seriam reconhecidos oficialmente a partir de então: o masculino e o feminino. O seu pronunciamento sexista e transfóbico contou com o apoio de fundadores e empresários dos principais conglomerados corporativos de mídias tecnológicas da comunicação no planeta, presentes no evento (Redação G1, 2025).



Procurando estabelecer um diálogo com o conhecimento médico-científico de forma menos hegemônica e hierarquizada – em prol de práticas mais humanizadas, menos invasivas e instrumentais – a tônica da GN está na auto-observação e autocontrole dos processos fisiológicos (não)reprodutivos, respeitando as peculiaridades de cada mulher em termos corporais e de saúde através de métodos alternativos e naturais.

Seus pressupostos são problematizar a necessidade de prescrição de medicamentos alopáticos químicos-sintéticos – particularmente a pílula anticoncepcional e a terapia de reposição hormonal, frequentemente indicadas indistintamente para sintomas que, em muitos casos, podem ser tratados com plantas e ervas medicinais nas formas de chás, banhos de assento e vaporizações, defumações, aromaterapia, florais, entre outros (Souza, 2021; Freitas; Brilhante, 2023).

Em última instância, a proposta é uma tomada de consciência visando “descolonizar nossos corpos” (San Martín, 2015; Setti, 2018), com base nas próprias experiências pessoais que seriam “uma poderosa ferramenta política para recuperar nossa liberdade” (San Martin, 2015, p. 11). Ou seja, apostando na força de um saber/poder gerado “a partir da micropolítica, dos nossos afetos, subjetividades e dos nossos múltiplos feminismos” (Mujeres Al Borde, 2016, p. 7).

Sendo assim, a GN é vista como movimento sociopolítico e pedagógico (Sala, 2019), cuja finalidade é ressignificar as percepções negativas sobre a fisiologia do corpo feminino, engendradas pelo sistema patriarcal e capturadas pelos discursos médico-farmacêuticos (Souza, 2021; Bezerra, 2024).

O corpo de(s) colonizado não deveria ser um corpo a serviço do capital. O corpo empoderado e liberto das amarras coloniais não deveria se tornar mais suscetível a gerar lucro a partir do consumo de produtos, experiências despolitizadas, mas estar consciente da ferida colonial eativamente construir sentidos que rejeitem veementemente as expressões da colonialidade do poder, inclusive nos espaços nos quais elas estiveram mais disfarçadamente infiltradas, como em determinados discursos de autocuidado que apenas reforçam premissas que são, fundamentalmente, opressoras em termos de gênero, sexualidade, raça e classe (Fagundes, 2021, p. 130-131).

Em termos gerais, são princípios ideológicos embasados num olhar holístico para a saúde que visam a integrar todas as dimensões da vida, corporais e biológicas, mentais, emocionais e energéticas (espirituais) do ser, respeitando as leis naturais que regem o planeta (Souza, 2021; Oliveira; Mendonça, 2023).



E nesse aspecto em particular, suas práticas procuram resgatar saberes tradicionais ligados à terra e centrados nos elementos do reino vegetal que enfatizam uma espécie de comunhão da mulher com a “Grande Mãe natureza” e “Mãe Terra”, especialmente por causa da possibilidade gerativa comumente atribuída a esses corpos (Souza, 2021; Lima; Gaudenzi; Jannotti, 2023; Bezerra, 2024). Isso acaba por valorizar sobremaneira uma suposta “natureza feminina” enquanto bicho-mulher e fêmea dotada de instinto animal (Diegues; Alzugarir; Nucci, 2021).

Portanto, tem-se uma associação problemática, que pode reforçar o determinismo biológico tão criticado pelos estudos e movimentos feministas desde o século passado, dando margem para uma naturalização dos estereótipos e desigualdades de gênero, as quais devem ser pensadas a partir das condições sociais e políticas de sua existência. Cabe lembrar que, dessa mesma lógica determinista, originou-se uma percepção de inferioridade das mulheres em relação aos homens: vistas como doentes e frágeis por natureza, com papéis e destinos biologicamente pré-definidos e submetidas a processos de dominação.

A ênfase na dimensão natural do feminino deve ser tratada com muita cautela, porque foi justamente ao redor desta ideia que se construiu um sistema de discriminações e exclusões, não apenas em relação ao gênero, mas também à raça e a vários povos” (Sorj, 1992, p. 150).

Desse modo, os agrupamentos da GN precisam estar atentos quanto a sua filosofia holística de saúde, para que seus discursos não sejam confundidos com uma visão essencializadora ou interpretados como mera função inata de ordem biológica. Mas é necessário também avançar no que se entende por (ou se constrói como) “corpo feminino”, quando se fala de menopausa.

Não existe uma menopausa, mas menopausas que englobam uma ampla variabilidade de experiências corporais e hormonais. Desde mulheres cisgênero de diversas orientações sexuais, passando por homens e mulheres transgêneros, pessoas não binárias e intersexo que também precisam entrar nessa discussão.

Considerações finais

Pôde-se constatar que a crescente visibilidade da menopausa tem sido acompanhada por narrativas baseadas em ovários que falham e se deterioram. Por trás dessa concepção, persiste uma ordem social atrelada não só ao preconceito etário, mas também a interesses do mercado neoliberal. A lógica consiste em conceber essa fase



como defeito e risco para a saúde, a fim de promover o consumo de produtos que aliviariam os sintomas, sob a promessa de manter a atratividade sexual e a aparência rejuvenescida.

Não se trata de negar os benefícios da prescrição medicamentosa, quando necessária em certos casos individualizados em que os sintomas podem comprometer a qualidade de vida. A questão, porém, está no entendimento de que se vive sob estruturas patriarcais de uma sociedade ainda machista que, além de desvalorizar a velhice, também repudia a diversidade de gênero e de sexo. Assim, não possibilitando que esses indivíduos internalizem e (re) conceitualizem a menopausa a partir de suas próprias experiências e trajetórias particulares.

As literaturas acadêmicas analisadas nesse recorte de pesquisa (no Brasil, EUA e Europa) mostram que os discursos costumam reproduzir um modelo heterocisnormativo da menopausa, em vez de uma abordagem interseccional que contemple as suas diversas vivências — incluindo as de pessoas trans (homens e mulheres), não binárias, intersexo e as das variadas orientações sexuais. Falta o reconhecimento das existências dissidentes na sociedade plataformizada.

Reconhecimento no sentido de garantir justiça no acesso a recursos econômicos, na representação política desses indivíduos em espaços de decisão e, sobretudo, na valorização simbólica e cultural por parte das instituições — tanto nas dimensões formais quanto informais da vida social. Urge romper com práticas de desprezo, preconceito e invisibilização social que, em última instância, negam a esses sujeitos o status de interlocutores válidos, impedindo-os de participar da esfera pública em condições de igualdade de direitos.

Ao contrário disso, o que essa pesquisa bibliográfica e documental evidencia é a circulação de narrativas que alimentam discursos de ódio, alheias a uma cidadania inclusiva, não contribuindo para mudanças efetivas na estrutura social androcêntrica da sociedade plataformizada. De qualquer forma, é preciso lembrar que as plataformas de mídias digitais, por si sós, não possuem em sua gênese a virtude cívica de promover cidadania e democracia. Tudo vai depender de quais são os propósitos dos atores sociais que se utilizam dessas ferramentas.

Como se viu, elas vêm sendo instrumentalizadas para promover o democratismo comercial, o machismo, a diferença e o ódio. Portanto, há que se assumir uma postura crítica frente essas estruturas discursivas, que acabam por solapar a possibilidade da



construção de laços solidários entre os indivíduos, impedindo o reconhecimento das identidades dissidentes que vivenciam a menopausa.

Para tanto, como ensina Nancy Fraser, o primeiro passo é problematizar as narrativas e seus sistemas de representação, interpretação e comunicação — caso dos agrupamentos de Ginecologia Natural, cujos discursos precisam reconhecer as experiências sexo-gênero dissidentes da menopausa para além da heterocisnormatividade.

Referências

- AMORIM, A. S. S. **Redes sociais e menopausa**: mensagens de empoderamento e influência nos utilizadores mulheres menopáusicas. 2022. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade do Porto, Portugal, 2022.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENEVIDES, B. G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília: ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2025.
- BETTANY, S. The pinkification of menopause: the silences and omissions of the menopause market gold-rush. **SSRN Eletronic Journal**, 8 mai. 2024.
- BEZERRA, S. B. **Parir e sangrar em corpo soberano**: os usos e sentidos da Ginecologia Natural no circuito das doula. 2024. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Atenção à Mulher no Climatério/Menopausa**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.
- BUCCI, E. **A superindústria do imaginário**: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- BUDGEON, S. The Contradictions of Successful Femininity: third wave feminism, post-feminism and 'new' Femininities. In: GILL, R.; SCHARFF, C. (Orgs.). **New femininities**: Postfeminism, neoliberalism and subjectivity. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011. p. 279-292.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAHN, N. R.; CRAWFORD, B. J.; WALDMAN, E. G. Managing and monitoring the menopausal body. **The University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 2022, n. 1, p. 41-81, 2022.
- CANCLINI, N. G. **Cidadãos substituídos por algoritmos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.
- CASTAÑEDA, M. **O machismo invisível**. Tradução: Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. RJ, Zahar, 2013.



CENTOFANTI, M ; ARNOLDI, A. A menopausa está na moda. E isso diz muito sobre o nosso tempo. **Marie Claire**, 18 out. 2025. Disponível em : <https://revistamarieclaire.globo.com/saude/noticia/2025/10/a-menopausa-esta-na-moda-e-isso-diz-muito-sobre-o-nosso-tempo.ghtml>. Acesso em 20 dez. 2025.

CHARLAP, C. **La fabrique de la ménopause**. Paris: CNRS Editions, 2019.

CLEGHORN, E. **Unwell women**: misdiagnosis and myth in man-made word. New York: Dutton, Penguin Random House LLC, 2021.

DIEGUEZ, R. S. M.; ALZUGUIR, F. C. V.; NUCCI, M. F. “Descolonizar o nosso corpo”: ginecologia natural e a produção de conhecimento sobre o corpo, sexualidade e processos reprodutivos femininos no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino Americana**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-24, 2021.

FAGUNDES, A. V. **Narrativas e práticas feministas de (s) colonizadoras no Manual de Introdução à Ginecologia Natural**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2021.

FELTRIN, R. B. Representações do corpo feminino na menopausa: estudo etnográfico em um hospital-escola brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latino Americana**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 148-174, 2016.

FRASER, N. Rethinking Recognition. **New Left Review**, n. 3, p. 107-120, mai./jun. 2000. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii3/articles/nancy-fraser-rethinking-recognition>. Acesso em: 10 mai. 2025.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento: dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a Teoria Democrática Contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 245-282.

FREITAS, W. M. F.; BRILHANTE, M. Ginecologia natural: um campo em construção. In: **PROENF C14V2**. Porto Alegre: Secad Artmed, v. 2, p. 88-124, 2023.

GATO, J. Discriminação contra pessoas LGBTI+: uma revisão de literatura nacional e internacional. In: SALEIRO, S. P. (Org.). **Estudo nacional sobre as necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de gênero e características sexuais**. Portugal: CIG, p. 9-45, 2022.

GENZ, S.; BRABON, B. **Postfeminism**: cultural texts and theories. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

GILL, M. Open the door to a new sexual revolution. **The Times**, Londres, ago. 2019. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/open-the-door-to-a-new-sexual-revolution-dxcqrsojz>. Acesso em: 5 set. 2025.

GILL, R. **Gender and the media**. Cambridge: Polity Press, 2007.

GLYDE, T. How can therapists and other healthcare practitioners best support and validate their queer menopausal clients? **Sexual and Relationship Therapy**, v. 38, n. 4, p. 510-532, 2021.

GRAND VIEW RESEARCH. **Brazil menopause market size & outlook, 2024-2030**. San Francisco: Grand View Research, 2024. Disponível em: <https://www.grandviewresearch.com/horizon/outlook/menopause-market/brazil>. Acesso em: 15 set. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Observatório do Grupo Gay da Bahia 2024**: mortes violentas de LGBT+ no Brasil. Salvador, BA: GGB, 2025. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/wp->



content/uploads/2025/01/Observatorio_2024_de_Mortes_Violentas_de_LGBT-release-20-jan.-2024.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

GUNTER, J. **The menopause manifesto**: own your health with facts and feminism. New York: Citadel Press Books, Kensington Publishing Corp., 2021.

HAN, B.-C. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Tradução: Gabriel S. Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

HELMOND, A. The platformization of the web: making web data platform ready. **Social Media + Society**, v. 1, n. 2, p. 1-11. 2015.

HICKEY, M.; HUNTER, M. S.; SANTORO, N.; USSHER, J. Normalising menopause. **The BMJ**, EUA, v. 377, e069369, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj-2021-069369>. Acesso em: 2 fev. 2025.

ILLOUZ, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

INSTITUTO VEREDAS. **Discurso de ódio na internet**: respostas rápidas para governos, evidências, desafios e caminhos possíveis. São Paulo: Instituto Veredas; Instituto Cíclica, 2024.

JACOBS, E. The menopause makeover: what to make of a 'gold rush' of new products. **The Financial Times**, EUA, 6 fev. 2023.

JERMYN, D. 'Everything you need to embrace the change': the 'menopausal turn' in contemporary UK culture. **Journal of Aging Studies**, v. 64, p. 1-8, 2023.

JORGE, M. P. O mundo descobriu a menopausa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 dez. 2023. Colunas e Blogs. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marilizpereirajorge/2023/12/o-mundo-descobriu-a-menopausa.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

JUNQUEIRA, H. Extremismo digital: como os algoritmos alimentam a polarização política. In Ipsos Flair (Org). **Brasil 2024**: nostalgia ou perspectivas. SP: Ipsos, 2023.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo**. Tradução: Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEMOS, A. **Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 9. ed. Porto Alegre: Sulina, 2023.

LIMA, L. O.; GAUDENZI, P.; JANNOTTI, C. B. Manuais de Ginecologia Natural: associações, tensões e construção das concepções de saúde e cuidado no século XXI. **Global Academic Nursing Journal**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, e348, 2023.

LLYC IDEAS. **Discurso de ódio e orgulho LGBTQIA+ na conversa digital**. Relatório, jun. 2023. Disponível em: <https://llyc.global/pt-br/ideas/discurso-de-odio-e-orgulho-lgbtqia-na-conversa-digital/>. Acesso em: 29 out. 2025.

MAHDAWI, A. Perimenopause finally gets more attention: because there's something in it for men. **The Guardian**, Londres, 29 jun. 2024. View. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/article/2024/jun/29/perimenopause-research-misogyny>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MARIGA, J. T. **Vivendo no feminino**: percepções da menopausa. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, ênfase em Identidades e Sociabilidades) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2019.



MATTERN, S. P. **The slow moon climbs**: the science, history, and meaning of menopause. Princeton, New Jersey, EUA: Princeton University Press, 2019.

MICROBBIE, A. **Feminism and the politics of resilience**: essays on gender, media and the end of welfare. London: John Wiley & Sons, 2021.

MEINERZ, N. E.; SANTOS, J. N. Ginecologia e Colonialidade: intersecções de raça e sexualidade. **Intersecções**: revista de estudos interdisciplinares, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 446-471, 2022.

MENDONÇA, R. F.; FILGUEIRAS, F.; ALMEIDA, V. **Algorithmic institutionalism**: the changing rules of social and political life. Nova York, Oxford University Press, 2023.

MENOPAUSA : maturidade feminina ganha visibilidade e vira estilo de vida. **IstoÉ**, 24 jan. 2025. Disponível em: <https://revista.istoe.com.br/menopausa-maturidade-feminina-ganha-visibilidade-e-vira-estilo-de-vida>. Acesso em 20 dez. 2025.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à "ideológica de gênero". **Cadernos Pagus**, n. 53, 2018.

MISKOLCI, R.; SIGNORELLI, M. C.; CANAVESE, D.; TEIXEIRA, F. B.; POLIDORO, M.; MORETTI-PIRES, R. O.; SOUZA, M. H. T.; PEREIRA, P. P. G. Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3815-3824, 2022.

MONTEIRO, L. Menopausa deixa de ser tabu e ganha espaço na saúde, na mídia e no debate. **Revista Encontro**, 13 nov. 2025. Disponível em: <https://www.revistaencontro.com.br/canal/revista/2025/11/menopausa-deixa-de-ser-tabu-e-ganha-espaco-na-saude-na-midia-e-no-debate.html>. Acesso em 20 dez. 2025.

MOROZOV, E. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. Tradução: Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MUJERES AL BORDE. **III Femzine Al Borde**: autocuidado y sanación feminista para ingeribles. RAMÍREZ, A. L; CORREDOR, C. (Orgs). Bogotá, Colômbia, 2016.

NEMER, D. **Tecnologia do Oprimido**: desigualdade e o mundo digital nas favelas do Brasil. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

OBSERVA DH (Observatório Nacional dos Direitos Humanos). **Enfrentamento ao discurso de ódio**. Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>. Acesso em: 4 set. 2025.

OLID, C. S. **El tabú de la menopausa**: una discriminació invisibilizada. Barcelona, Espanha: Fundació Irla, 2023.

OLIVEIRA, C. G. B.; SILVA, R. M. Democracia e esfera pública no mundo digital. **REDES**: Direitos e Sociedade: v. 8, n. 3, p. 105-129. 2020.

OLIVEIRA, D. C.; MENDONÇA, M. O. L. Autoconhecimento e autocura na perspectiva da ginecologia natural: relato de experiência de uma médica de família e comunidade. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, dez. 2023.

ORGAD, S.; ROTTENBERG, C. The menopause moment: the rising visibility of 'the change' in UK news coverage. **European Journal of Cultural Studies**, Londres, v. 27, n. 4, p. 519-539, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Mais de 80% das pessoas ouvidas pela ONU foram vítimas de discurso de ódio**. ONU Brasil, 15 jul. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/274115-mais-80-das-pessoas-ouvidas-pela-onu-foram-v%C3%ADtimas-de-discurso-de-%C3%B3dio>. Acesso em: 5 nov. 2025.



PARISER, E. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Tradução: Diego Alfaro. RJ: Zahar, 2011.

PELÚCIO, L. M. S. **Sem sangue**: uma autoetnografia sobre experiências da menopausa no tecnocapitalismo. Projeto de Pesquisa apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Chamada CNPq Nº 32/2023 – Bolsas no País, Linha II – PDS. Bauru, S.P., 2023.

PODOLAN, P. G. O apagamento LGBTQIA+ pelos meios de comunicação. In: OLIVEIRA, F. A.; SILVA, R. (Orgs.). **Corpos em diálogo**: vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade. Foz do Iguaçu: CLAEC e-books, 2023.

POELL, T.; VAN DIJCK, J. Social media and journalistic independence. In: BENNETT, J.; STRANGE, N. (Orgs.). **Media independence**: working with freedom or working for free? London: Routledge, 2014. p. 182-201.

PRECIADO, P. B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

RÁDIO E TV JUSTIÇA. **Artigo 5º**: A luta por direitos da população trans no Brasil. YouTube, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://youtu.be/LnbSBhqvVWo?si=QoWIDLb9dIz5x9js>. Acesso em: 10 out. 2025.

AGORA só existem dois gêneros: masculino e feminino, diz Trump em discurso de posse. **G1 Mundo**, Rio de Janeiro, 20 jan. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/01/20/agora-so-existem-dois-generos-masculino-e-feminino-diz-trump-em-discurso-de-posse.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2025.

RIBEIRO, A. A. V. B. A busca por autonomia ginecológica e o conhecimento médico-científico: entre diálogos e disputas. **Anais do 45º Encontro Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais** (ANPOCS). GT05 – Ciência, Tecnologia e Sociedade, Rio de Janeiro, 19 a 27 out. 2021.

ROTTENBERG, C. **The rise of neoliberal feminism**. Nova York: Oxford University Press, 2018.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALA, N. C. La ginecología natural en América Latina: un movimiento sociocultural del presente. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 59-78, dez. 2019.

SAN MARTÍN, P. P. **Manual Introductorio a la Ginecología Natural**. Buenos Aires: Melisa Wortman Moreno, 2015.

SAMPAIO, J. V.; MEDRADO, B.; MENEGON, V. Hormônios e mulheres na menopausa. **Psicologia**: Ciência e Profissão, Brasília, v. 41, e229745, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229745>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SETTI, Y. F. **Mujer soberana**: Ginecología Autogestiva com Plantas Medicinales: Auto-edição, 2018.

SILVA, I. C. **Menopower Midiática**: o que transcorre entre a representação do corpo menopausado, o feminismo e o consumo. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Mídia, Informação e Cultura) – Escola de Comunicações e Artes, Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo, 2024.

SILVA, B. C. S. L. **Patriarcado e teoria política feminista**: possibilidades na ciência política. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.



SORJ, B. O feminismo como metáfora da natureza. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 143-150, jan. 1992. Disponível em: Acesso em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15806>. 4 out. 2025.

SOUZA, S. A. “**Reflor-&-Ser**”: A ginecologia natural como resistência à medicalização da vida e lócus de percepção das agências do reino vegetal. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STOTZER, R. L.; SILVERSCHANZ, P.; WILSON, A. Gender identity and social services: Barriers to care. **Journal of Social Service Research**, Philadelphia, v. 39, n. 1, p. 63-77, 2013.

DECLARAÇÃO de nascimento deve ter termos inclusivos para contemplar pessoas trans, decide STF. Notícias STF, 10 out. 2024. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/declaracao-de-nascimento-deve-ter-termos-inclusivos-para-contemplar-pessoas-trans-decide-stf/>. Acesso em: 25 out. 2025.

THROSBY, K.; ROBERTS, C. Bodies of change: menopause as biopsychosocial process. In: BECK, V.; BREWIS, J. (Orgs.). **Menopause transitions and the workplace**: theorising transitions, responsibilities and interventions. Bristol, Reino Unido: Bristol University Press, 2024.

UTZ, R. L. Like mother, (not) like daughter: the social construction of menopause and aging. **Journal of Aging Studies**, Reino Unido, n. 25, p. 143-154, 2011.

VAN DIJCK, J. **La cultura de la conectividad**: una historia crítica de las redes sociales. Tradução: Hugo Salas. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WAAL, M. **The platform society**: public values in a connective world. Nova York: Oxford University Press, 2018.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridez como crítica decolonial. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L. (Orgs.). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 249-270.

VIEGAS, P. R. **Discurso médico-ginecológico em plataformas de mídia social**: relações de poder, gênero e Instagram. 2022. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

WESTWOOD, S. Lesbian, gay, bisexual, transgender and queer (LGBTQ+) menopause: literature review, knowledge gaps and research agenda. **Health**: Interdisciplinary Journal for the Social Study of Health, Illness and Medicine, Londres, p. 1-21, ago. 2024.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder. Tradução: George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.